Revista GeoUECE

As interações entre unidade sustentável e a comunidade quilombola do Cumbe: APA de Canoa Quebrada pelo olhar do geoturismo

Amadeu Correia Batista Neto
Universidade Federal de Ouro Preto

RESUMO

O artigo busca apresentar a relação entre uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável e o Quilombo do Cumbe em Aracati e os usos possíveis para o geoturismo relacionados com a biointeração, apresenta-se a principal problemática como o povo lida com os conflitos socioambientais e quais potenciais caminhos de combate ao racismo ambiental. Constatou-se que mesmo com a regulamentação da APA de Canoa Quebrada tem sido complexo e delicado a questão de uso do ar, solo e água na gestão territorial e ambiental da região tão visada por empreendimentos neoliberais além da ineficiência do estado como agente mediador de interesses efetivando o racismo ambiental. O objetivo principal é apresentar os impactos dos empreendimentos na localidade, que se justifica a investigação perante a dimensão simbólica da comunidade para o pesquisador e para outras comunidades tradicionais. Por fim, concluiu-se que o Quilombo do Cumbe enquanto ambiente interpretativo para o geoturismo segue com os desafios de garantir os direitos básicos para sua população como também apresenta abertura para economias circulares e diálogo com a cultura e patrimônio convergindo para evocações de potencialidades e biointeração da comunidade.

Palavras-chave: Unidade de Uso Sustentável; Racismo Ambiental; Quilombo do Cumbe; Geoturismo; Conflito Socioambiental.

The interactions between the Sustainable Unit and the quilombola community of Cumbe: APA of Canoa Quebrada through the eyes of geotourism

ABSTRACT

The article seeks to present the relationship between a category of sustainable use conservation unit and the Quilombo do Cumbe in Aracati, and the possible uses for geotourism related to biointeraction. It addresses the main issue of how the people deal with socio-environmental conflicts and the potential paths for combating environmental racism. It was found that even with the regulation of the Canoa Quebrada Environmental Protection Area (APA), the use of air, soil, and water in territorial and environmental management of the region, highly targeted by neoliberal enterprises, has been complex and delicate. Additionally, the inefficiency of the state as a mediator of interests has been perpetuating environmental racism. The main objective is to present the impacts of enterprises in the locality, justifying the investigation in light of the symbolic dimension of the community for the researcher and other traditional communities. Finally, it was concluded that the Quilombo do Cumbe, as an interpretive environment for geotourism, continues to face challenges in guaranteeing basic rights for its

population while also opening up to circular economies and fostering dialogue with culture and heritage, converging towards the evocation of potentialities and biointeraction within the community.
Keywords: Sustainable Use Unit; Environmental Racism; Quilombo do Cumbe; Geotourism; Socio-environmental Conflict.

Las interacciones entre la Unidad Sostenible y la comunidad quilombola de Cumbe: APA de Canoa Quebrada a través de los ojos del geoturismo

RESUMEN

El artículo busca presentar la relación entre una categoría de unidad de conservación de uso sostenible y el Quilombo do Cumbe en Aracati, y los posibles usos para el geoturismo relacionados con la biointeracción. Aborda la cuestión principal de cómo las personas manejan los conflictos socioambientales y las posibles vías para combatir el racismo ambiental. Se constató que, incluso con la regulación del Área de Protección Ambiental (APA) de Canoa Quebrada, el uso del aire, suelo y agua en la gestión territorial y ambiental de la región, altamente dirigida por empresas neoliberales, ha sido complejo y delicado. Además, la ineficiencia del estado como mediador de intereses ha perpetuado el racismo ambiental. El objetivo principal es presentar los impactos de las empresas en la localidad, justificando la investigación a la luz de la dimensión simbólica de la comunidad para el investigador y otras comunidades tradicionales. Finalmente, se concluyó que el Quilombo do Cumbe, como ambiente interpretativo para el geoturismo, sigue enfrentando desafíos para garantizar los derechos básicos de su población, al mismo tiempo que se abre a economías circulares y fomenta el diálogo con la cultura y el patrimonio, convergiendo hacia la evocación de potencialidades y biointeracción dentro de la comunidad.
Palabras clave: Unidad de Uso Sostenible; Racismo Ambiental; Quilombo do Cumbe; Geoturismo; Conflicto Socioambiental.

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar a emergência de se pensar mecanismos de preservação e uso responsável dos recursos naturais e territórios da natureza, vamos de encontro ao sentido filosófico de biointeração das comunidades autóctones com relação aos ecossistemas. A Área de Proteção Ambiental de Canoa Quebrada situada no município de Aracati, Ceará tem suas dinâmicas atravessadas por interesses exploratórios desenfreados e a presença de conflitos socioambientais de agentes externos com os moradores dessas localidades.

Nossa análise começa com a compreensão da relação entre o modo de vida dos moradores das comunidades localizadas na Área de Proteção Ambiental (APA) de Canoa Quebrada e o uso consciente dos recursos naturais a partir do Quilombo do Cumbe. As comunidades circunscritas na APA são Canavieiras, Beirada, Estevão, Canoa Quebrada e Cumbe, sendo esta última reconhecida como quilombo desde 2014 pela Fundação Cultural Palmares (FCP), que tem sido habitada desde o século XVIII. Esta região é marcada por diversas composições de paisagem às margens do Rio Jaguaribe e caracteriza-se por um ecossistema diverso, composto por dunas, falésias, manguezais, rio, mar, aquíferos e lençóis interdunares, o que evidencia uma rica geodiversidade.

Da mesma forma, a biointeração (Santos, 2015) busca romper com as dicotomias preservacionistas que dissociam as relações entre comunidade e cultura da identidade com o território e a natureza. No Quilombo do Cumbe, a realidade social é marcada por uma

multiplicidade de fatores que evidenciam um pertencimento indissociável ao meio ambiente local. Esta abordagem reconhece que a identidade e a cultura da comunidade são intrinsecamente ligadas ao seu território, e que a preservação ambiental deve incluir e valorizar as práticas e saberes tradicionais que sustentam essa relação harmoniosa com a natureza. Assim, a biointeração propõe uma visão integrada e holística, onde a conservação do meio ambiente e o fortalecimento da identidade comunitária caminham juntos.

Desde que o contexto da colonialidade são comunidades e grupos sociais com identidades territorializadas que resistiram aos modos de vida do estado moderno colonial racista, compartilhando essa perspectiva para diversas comunidades que se situam em unidades de conservação que apresentam similaridades nas relações entre dilemas da preservação e o sentido simbólico para os nativos.

Já as questões centrais que norteiam as problemáticas deste trabalho são: a comunidade quilombola do Cumbe lida com os conflitos ambientais causados por agentes externos da unidade de conservação? Assim como o órgão público responsável pela gestão da APA de Canoa Quebrada tem pensado ações de turismo responsável para promover a geodiversidade no turismo litorâneo ali situado?

Em virtude da criação em 1998, a Lei nº 40 de 20 de março apresenta uma área delimitada de mais de 4000 hectares ao longo da zona costeira do município de Aracati, que foi regulamentada após a consolidação da atividade turística na cidade iniciada a partir dos anos 60. Apesar da APA de Canoa Quebrada ter a importância para o geoturismo devido a biointeração com o modo de vida tradicional (Rodrigues, 2023) vivido pelos quilombolas onde se pratica a subsistência e sustentabilidade no uso dos recursos, tem a possibilidade de promover o turismo comunitário expressado na territorialidade a extensão de suas identidades a partir dos elementos constituintes da vegetação e afins.

Os principais conflitos relacionados à degradação ambiental na região estão ligados à instalação de usinas eólicas (Nogueira, 2013; Camurça, 2018) muitas vezes impede o acesso e circulação dentro do território, além dos riscos as formações geológicas e sítios arqueológicos, à criação de fazendas de carcinicultura (Santos, 2006; Rodrigues, 2007; Teixeira, 2008; Câmara, 2016) que através da salinização do solo que causam a desnutrição do solo levando a desertificação de áreas propícias para a agricultura familiar e agroecologia das comunidades, à captação e distribuição de água dos lençóis interdunares e aquíferos (Rocha, 2021) situados na comunidade com impacto causado pela responsável pelo abastecimento hídrico no estado do Ceará.

Este problema, comum a outras comunidades costeiras do Brasil, surge sob a justificativa de uma economia verde e desenvolvimento econômico. No entanto, a falta de participação social e democratização na gestão territorial desses processos socioambientais agrava o racismo ambiental e compromete a justiça ambiental e a soberania popular. O racismo ambiental tem sido discutido desde os anos 80 e, conforme Souza (2015, p. 29), pode ser compreendido como a estigmatização e empobrecimento de grupos sociais em nome do uso de recursos naturais que afetam a saúde e a subsistência, além dos riscos de essas populações serem invisibilizadas em catástrofes ambientais.

Além disso, ressalta-se a importância social de buscarmos a justiça ambiental e

combater o racismo ambiental contra as comunidades e povos tradicionais, em convergência com os ODS da ONU. Isso é essencial se considerarmos a interdisciplinaridade na promoção do conhecimento científico, focando no uso da academia para beneficiar as comunidades. É igualmente importante abordar a questão do patrimônio, que necessita de voz e reparação histórica para as comunidades que formaram as cidades que eram antigas vilas coloniais, como é o caso de Aracati, fundada em 1747.

Possivelmente, a cidade de Aracati, uma das mais antigas e economicamente desenvolvidas do Ceará, carrega em suas narrativas históricas as marcas da colonialidade no tempo presente. A presença de um turismo industrial desconsidera a erosão do relevo devido à sobrecarga, gerando subempregos que precarizam as formas de renda dos moradores. Além disso, a gestão pública atual parece invisibilizar questões sensíveis, como a autonomia do desenvolvimento local pensado pelos próprios residentes.

Nesse sentido, nossa pesquisa tem como objetivo principal indicar a interação da comunidade quilombola do Cumbe com a APA de Canoa Quebrada e os impactos dos empreendimentos capitalistas no meio ambiente sob a ótica do geoturismo.

Enquanto nossos objetivos específicos pensamos nessas propostas em seguida:

- Investigar as dinâmicas territoriais da composição da APA de Canoa Quebrada e o papel dos atores envolvidos na preservação do patrimônio natural.
- Identificar as principais perspectivas do geoturismo e a relação com as políticas públicas ambientais no Ceará aplicadas às comunidades tradicionais.
- Interpretar o uso dos recursos naturais pela comunidade e as possibilidades de incentivo para permanência dos quilombolas no cultivo do ecossistema local.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nosso estudo se baseia na produção científica acerca de unidades de conservação que está subdividida em duas categorias: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Esta categorização criada pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente é disposta na Lei nº 9985/2000 que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação em que descreve as Unidades de Uso Sustentável como:

> Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:
>
> I - Unidades de Proteção Integral;
>
> II - Unidades de Uso Sustentável.
>
> § 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.
>
> § 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a

> conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Nesta classificação acima temos a Área de Proteção Ambiental (APA) que se encaixa nos usos sustentáveis do meio ambiente de um território de interesse social que para as comunidades, pode ser entendida como:

> Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A realidade em Aracati pela APA de Canoa Quebrada com relação às suas comunidades tradicionais compreendidas como pesqueiras, quilombolas, a legislação ambiental da APA de Canoa Quebrada teve/tem o intuito de redução de impacto, devido o processo de turistificação em Canoa Quebrada e Majorlândia com as ações do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) no final da década de 90, a regulamentação está escrita da seguinte forma pelo Instituto de Qualidade do Meio Ambiente de Aracati (IQUAMA) e Superintendência do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE):

> Art. 2º - A descrição de que trata o artigo anterior, além de possibilitar um melhor controle sobre os ecossistemas da orla marítima de Aracati, tem por objetivos específicos:
>
> a) Proteger as comunidades bióticas nativas, as dunas fixas e móveis, as paleodunas, as falésias, as gamboas, as lagoas perenes e intermitentes, os mangues, as formações geológicas de grande potencial paisagístico, os arrecifes e os solos.
> b) Proporcionar e desenvolver na população regional uma consciência ecológica e conservacionista através de métodos e técnicas apropriadas ao uso do solo, de maneira a não interferir no funcionamento dos refúgios ecológicos.
>
> Art. 3º - Para a implantação e funcionamento da APA- Canoa Quebrada, deverão ser adotadas as seguintes medidas prioritárias.
>
> I-Zoneamento ambiental da área a ser estabelecido mediante Portaria da Prefeitura Municipal de Aracati, que poderá realizar convênios com a Superintendência Estadual de Meio Ambiente SEMACE, instituições e órgãos públicos ou privados assegurada a participação da Câmara Municipal de Aracati e do Conselho Comunitário de Canoa Quebrada
> II - A utilização de instrumentos legais e de incentivos financeiros governamentais que assegurem a proteção e defesa dos ecossistemas da APA Canoa Quebrada, e aplicação de outras medidas tendentes a salvaguardar a unidade histórica-social de seus moradores.
> III Estabelecimento de normas e ocupação do solo de forma a que se tenha assegurado a manutenção do equilíbrio ecológico.
> IV- Adoção de medidas que visem a melhoria da qualidade de vida da população.

Contudo, o gerenciamento ambiental da APA disposto na Lei 148/2006 apresenta as principais características do interesse da preservação que justifica a hipótese do geoturismo

de ser abordado pelas comunidades locais:

> Art. 1º - Normatizar o gerenciamento da Área de Proteção Ambiental - APA de Canoa Quebrada, Unidade de Conservação - UC, instituída mediante Lei nº 40/98, de 20 de março de 1998 com vistas a:
>
> a) Proteger as comunidades bióticas nativas, dunas fixas e móveis, as falésias, as gamboas, os rios, as lagoas perenes e intermitentes, os manguezais, o relevo, as formações geológicas de grande potencial paisagístico, os sítios arqueológicos, os arrecifes e os solos;
> b) Preservar o patrimônio natural, histórico e cultural;
> c) Promover o uso e desenvolvimento sustentável dos recursos naturais existentes em seu perímetro tais como as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o solo o subsolo, a fauna e flora;
> d) Promover juntamente com a população local, flutuante e regional uma consciência ecológica e conservacionista de preservação da natureza;
> e) Estimular as atividades voltadas para o desenvolvimento sustentável na região.

Portanto, compartilhamos a perspectiva com Diegues (2000) *apud* Maia (2019) a relevância da biodiversidade para identidade da comunidade quilombola do Cumbe em que o domínio natural e cultural, aproxima o manejo da sustentabilidade intergeracional por meio do modo de vida tradicional biointerativo.

Tais constatações dialogam com Detoni (2020) em dizer que o patrimônio natural independe das ações humanas, contanto, o mesmo parafraseia Kerguillec e Portal (2015) no sentido de o patrimônio geomorfológico e geológico, objetos de interesse do geoturismo se apoia nas relações de desenvolvimento das sociedades e os significados para as ações antrópicas. Compreende-se que essas análises sobre a paisagem é discutida por Machado e Florentino Júnior (2021):

> Cabe destacar a importância do conceito de paisagem cultural para os estudos que compreendem a proteção do patrimônio natural, porém, ele nem sempre tem sido devidamente utilizado, principalmente nos estudos que envolvem a preservação e/ou conservação do patrimônio geológico e geomorfológico. Deste modo, quando se analisam estes estudos, constata-se que a paisagem nem sempre é interpretada como uma unidade que abrange as relações e interações entre os aspectos naturais e humanos.

Isto é, reside aqui a importância dos dispositivos jurídicos como as leis e a promoção de turismo relacionado a natureza dialogando com as comunidades situadas no âmbito das unidades de conservação no contexto das ilhas, dunas e falésias que integram a paisagem da comunidade quilombola. Contudo, o turismo como meio interpretativo como afirma Moreira (2014, p.22) esses patrimônios necessitam ocorrer de forma que vise a sustentabilidade e o zoneamento detalhado sobre capacidade de carga.

Neste caso a gestão territorial e formas de manejo demanda participação engajada e protagonismo dos atores locais, ou seja, considerar o entorno quando se aborda a biodiversidade, que como pontua Santos *et al* (2012), às alterações climáticas e vulnerabilidades acentuadas pela interferência antrópica, isto é:

> Nos modos de vida de seus moradores e refletir sobre alternativas de desenvolvimento capazes de estabelecer estratégias adequadas para o uso da terra, a partir da conciliação de objetivos conservacionistas e socioeconômicos e da integração de conhecimento técnico-científicos e saberes locais, de maneira a se pensar em uma nova política de intervenção territorial, ancorada na valorização e manutenção dos modos de vida e melhores condições de reprodução material e simbólica.

Deste modo, o patrimônio geológico que a APA de Canoa Quebrada pode ser fundamentado no sentido de explicação de De Castro *et al.*, (2018):

> Considera-se como patrimônio geológico a geodiversidade que possui (ou é atribuído a ela) algum valor, seja científico, cultural, recreativo ou interesse paisagístico. Está presente a valorização sob o cunho científico ou cultural, o que corrobora as múltiplas facetas patrimoniais da geodiversidade.

Na literatura sobre geoturismo e afinidades as legislações ambientais, os autores citados anteriormente consideram ainda que:

> São múltiplas as possibilidades, mas elas não podem deixar de ser contempladas apenas porque não foram geradas no meio científico. Essas premissas também podem ser usadas quando se atribui valor patrimonial à geodiversidade. A inserção dos valores culturais, próprios de cada comunidade, amplia as discussões a respeito desta temática e ilustra que outros especialistas de diferentes áreas podem contribuir com suas visões, enriquecendo o significado do que se denominou patrimônio geológico (DE CASTRO *et al.*, 2018)

Esse patrimônio com potencialidade para o geoturismo, podemos discutir como o racismo ambiental ameaça a própria legislação vigente, que em termos das discussões de colonização agrária acomete a soberania popular em defesa da demarcação territorial e regulação de terras tituladas às comunidades tradicionais. O Quilombo do Cumbe tem a relação entre comunidade e ecossistema numa perspectiva holística-cosmológica mantida pelo bem-viver ou biointeração, essa última é proposta por Nego Bispo (Santos, 2015), ele evoca o pensamento de biointeração, na qual as comunidades tradicionais em seu modo de vida apresenta uma simbiose e sinestesia em mutualismo de convivência, com o ecossistema e os seres da natureza concatenando parte de suas identidades.

Por fim, nossa contextualização teórica abrange as questões socioambientais, comunitárias e ancestrais relacionadas ao uso do território em discussão. Esta abordagem, conforme a legislação, articula as narrativas em disputa pela comunidade em defesa de seu bem inalienável. Segundo Ribeiro (2019), é necessário romper com as dicotomias hierarquizadas acerca do patrimônio natural, pois sua manutenção é essencial para a permanência e existência das comunidades tradicionais, em particular o Quilombo do Cumbe. A patrimonialização da vida e a interpretação ambiental do geoturismo corroboram para o indissociável bem-viver dessas comunidades.

A biointeração que podemos destacar a partir de Nego Bispo, é dialogada com Rodrigues (2023) e Nascimento *et al.* (2023) tem a intenção de tornar a identidade do sujeito integrada ao território em que se vive, numa relação de interdependência do ecossistema. A sustentabilidade e beneficiamento do meio de vida, bem como, a regeneração e manutenção

dos elementos que compõem esse lócus, se dão pela compreensão filosófica que não há uma hierarquia, mas sim a comunidade se entende como ente da natureza.

METODOLOGIA

Nossa pesquisa no campo das ciências humanas e sociais tem a natureza qualitativa de acordo com Apolinário (2004) *apud* Carvalho *et al* (2019) se refere às interações com fenômenos condicionados a o significado do outro, que necessariamente interage por meio da interpretação do pesquisador com o ambiente ou com as comunidades envolvidas.

Dito isso, nós investigamos o fenômeno da interação entre a comunidade tradicional local com a caracterizada unidade de conservação circunscrita em Aracati e como as dinâmicas de vida são atravessadas pelo turismo arraigado de outras investidas neocoloniais e neoliberais, considerando a temporalidade de um recorte de 10 anos entre o reconhecimento da comunidade enquanto quilombo e o agravamento dos conflitos.

O objetivo da pesquisa trata-se de descritivo Gil (2002) *apud* Carvalho *et al* (2019) buscando haver uma descrição que visa a compreensão da comunidade acerca da possibilidade de empregar o geoturismo no papel de preservação da biodiversidade local em detrimento ao turismo massificado que tem assolado o ecossistema local.

O método de procedimento será o histórico, percebendo, por meio das transformações, que a continuidade dos fenômenos embasam-se na cronologia que condicionou o lócus e os sujeitos:

> Consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes,ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. (LAKATOS, 2017, p. 106).

Os procedimentos metodológicos da pesquisa são a pesquisa bibliográfica e estudo de caso, por se tratar das legislações vigentes e do histórico de lutas socioambientais da comunidade e também do prévio conhecimento acerca da comunidade situada e da complexidade do turismo no município localizado, além de que a revisão de artigos e periódicos instrumentaliza a análise específica antecedendo a investigação histórico-organizacional.

O paradigma teórico-metodológico que adotamos é o fenomenológico que para Trivinos (1987) parte da facticidade do mundo real, em que a essência do contexto descreve os acontecimentos experimentados pelas pessoas, ou seja, uma constatação filosófica de como os fatos ocorrem devido às interações entre os sujeitos no tempo.

Buscamos realizar uma leitura sobre a lei que institui as unidades de conservação, a aplicação da lei de criação da área de proteção ambiental da Canoa Quebrada e especificamos o recorte da comunidade quilombola do Cumbe, da qual pesquiso na dissertação que desenvolvo no Mestrado em Turismo e Patrimônio (PPGTURPATRI) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) sobre os usos do patrimônio-territorial com a biointeração para o afroturismo.

Essas leis somadas às experiências empíricas de descender da comunidade e estar prudente dos fatos ocorridos e da realidade como ocorre o turismo comunitário que aborda o território de maneira sustentável e otimizada em contrapartida o turismo massificado estrangeiro que degrada incessantemente a biodiversidade causando a escassez de recursos naturais para o bem-viver tradicional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Quilombo do Cumbe nesses últimos 10 anos, desde quando foi oficialmente reconhecido como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares tem atravessado desafios nas suas extremidades com relação à retaliação por posseiros que almejam subjugar a comunidade, demarcando a sensibilidade para com o turismo e outras formas de usurpação do território assegurado por direito, são atravessados por diversos processos de justiça para garantir a soberania e gestão territorial, o racismo ambiental é um dos principais artífices que tem dominado e violado os direitos da população quilombola por parte de atores externos assegurados por uma certa estrutura social de poder.

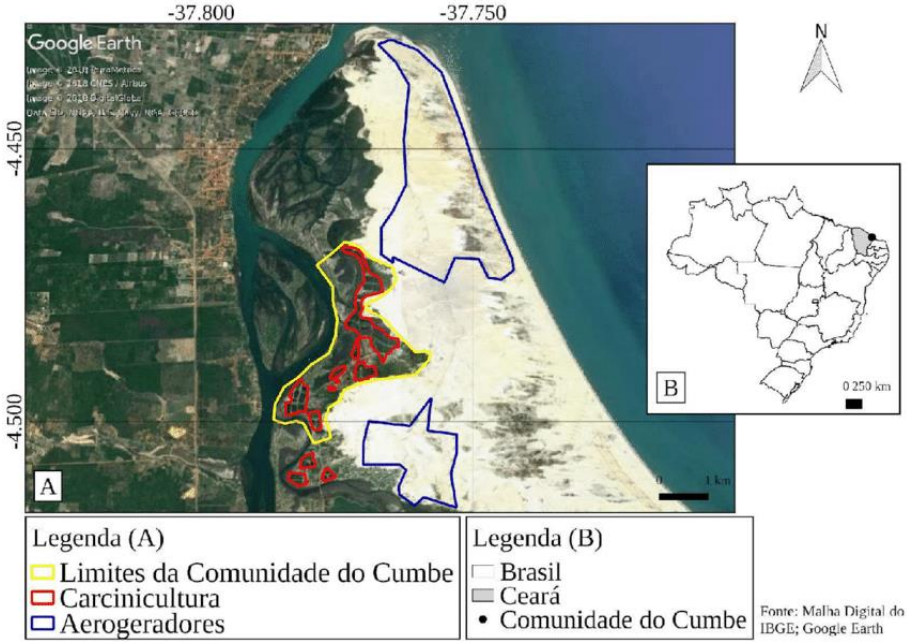
Esse tipo de racismo, Filgueira (2021) o define como a investida da exploração e poluição ambiental contra as populações racializadas pertencentes a um território comum e que resulta em injustiça socioambiental, impedimento da permanência desses grupos em seus territórios nativos e põe em risco a saúde coletiva, perpetuando a desigualdade e pobreza.

No mundo globalizado em que o Estado Moderno Capitalista (AKOTIRENE, 2019) rege as agendas sociais, o racismo ambiental tem maior enfoque em zonas de exploração do solo e recursos naturais, como no caso de Aracati, as usinas eólicas, fazendas de carcinicultura, mega empreendimentos turísticos, afirma-se que o interesse econômico em zonas delimitadas onde há predominância de populações com raça em comum é bem destacado, e que nas lutas ambientais precisa considerar o critério deste marcador social nas pautas, afirma Lazarus (2000).

Neste nosso discurso, para Calegare *et al.* (2014), essas comunidades e povos tradicionais, em recorte racial ao quilombo e populações pesqueiras, compreende-se como grupos autônomos, com modo de vida particular, relação de interdependência com a natureza, focada na subsistência, na qual o território faz parte de sua identidade, caracterizando um elemento de alteridade.

Se faz necessário compreender essa comunidade territorializada pela etnicidade, em que a característica dos fenômenos étnicos são situacionais em relação de distinção a outros grupos, que performa a manutenção descritiva desse grupo populacional, é expressada principalmente nas políticas de promoção da igualdade racial, explica Morais e Jayme (2017).

Figura 01- Mapa de Conflitos do Quilombo do Cumbe



Fonte: SANTOS *et al*, 2018.

A figura 01, mostra os principais conflitos que Santos *et al* (2018) destaca a presença dos principais conflitos com usinas eólicas, fazendas de carcinicultura e o uso desenfreado da água, além das instalações de empreendimentos turísticos de grandes proporções na APA de Canoa Quebrada, que torna uma ameaça a patrimonialidade e identidade territorializada de saúde coletiva para o bem-estar quilombola.

No quilombo estão situados sítios arqueológicos pré-cabralinos, vestígios de indígenas que habitavam a região que foram extintos do Vale do Jaguaribe, além do antigo cemitério dos escravizados, resquícios dos engenhos que popularizaram a região no período colonial e da histórica cruz no morro, que retrata os primeiros registros documentais da comunidade de relevância étnica constituindo um ecomuseu de patrimônio integral, como a comunidade lê e entende o território.

Imagem 01- Paisagem do Quilombo do Cumbe

Fonte: registro autoral, 2022.

A identidade quilombola que atravessa embates entre os moradores do território em que uma parte se autoreconhece como quilombola buscam a preservação dos recursos como elementos constitutivos da própria autenticidade, em contrapartida, alinhados aos interesses desenvolvimentistas conforme Rodrigues (2023) explana os conflitos de parentesco no território, a caracterização da paisagem expressa as memórias dos sujeitos identitários, como demonstra a imagem 01 dos usos territoriais endossa Machado (2019, p.20).

Seu principal elemento de etnicidade, além da paisagem do território é a imaterialidade das tradições presentes que interagem com a conservação do lócus e ambiência do ecossistema orgânico tido como um museu a céu aberto como afirma uma das lideranças Nascimento e Lima (2017) em que recentemente no ano de 2023 o Quilombo foi reconhecido como Ponto de Memória pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) tudo isso constituindo um patrimônio integral que transforma não apenas a atmosfera do museu em um universo macroestrutural dialogando com a natureza, sendo denominado por ecomuseu, por substancial particularidade.

As especificidades da cultura local se dão por meio de manifestação da cultura popular apresentada pela tradicional Festa do Mangue e pelo turismo comunitário ativado pela autonomia da comunidade, das práticas agroecológicas ligados a vegetação e a pesca artesanal, desempenhando auxílio por diversos trabalhos com pesquisadores renomados das áreas de geografia e humanidades, articulando-os como resistência contra-hegemônica as usinas eólicas e especulação hoteleira, que se expressa pelas manifestações da cultura popular tradicional e os saberes rurais do campo, oferecendo um leque de oportunidades e possibilidades do povo da Cumbe protagonizarem diversas ações que beneficiem sua permanência no local onde suas raízes estão fincadas.

Há uma outra parte da população que defende os interesses dos empreendimentos em prol da capitalização dos bens naturais e da mercantilização do uso da terra numa lógica produtivista, isso incide inclusive na disputa pela gestão do museu que está construído na comunidade, nesses conflitos destaca-se a crise hídrica como explana Castro (2021, p.122),

o Cumbe se contextualiza por ser um hidroterritório de luta, na qual o bem comum, a água da qual caracteriza a identidade da comunidade, não se deve tornar um produto que o povo há de pagar para usar.

Assim como a problemática da carcinicultura que afeta o solo devido à salinização antrópica e impacta na agroecologia na comunidade, acentuando também riscos à fauna local e à flora característica da caatinga no litoral. Conforme Câmara (2016, p.39) o principal vetor de degradação e desequilíbrio do ecossistema do manguezal é a criação de espécies que não pertencem ao lócus, afetando o manejo e reprodução dos animais que habitam a região em que muitos dos quilombolas se sustentam como marisqueiras e pescadores artesanais.

Por fim, de maior impacto ao geoturismo e a vida da comunidade está a questão de transição energética e energias renováveis sem a participação ou consulta na comunidade, em termos de operacionalização de uma energia limpa com marcas explícitas de colonialidade que resulta em sinais de agravamento da saúde comunitária e psicossocial, em uma sustentabilidade *greenwashing* que não há integração com o bem estar da comunidade, além dos sérios danos a geomorfologia e aos sítios arqueológicos presentes, bem como as reivindicações feitas pela comunidade e pela justiça restaurativa e combate ao racismo ambiental pontua Nogueira (2013, p.101).

Pensando no território como prisma de luz da atividade geoturística, a consciência e pertencimento identitário da população, bem como propriedade dos artífices ali desenvolvidos contribuem para uma proposição de turismo sustentável e simbiótico numa lógica de decolonização do turismo como indústria cultural que só viabiliza a maximização de lucros, mercantilização dos modos de vida.

No recorte geográfico, a costa da rota das falésias e estuário do Rio Jaguaribe há uma intensificação de turismo massificado industrial de sol e mar, que podem ser associados às dinâmicas de maritimidade (Dantas, 2009) e o fenômeno de vilegiatura turística (Pereira, 2012). O impacto ocorre pelo fluxo intenso na composição do relevo por trilhas nas dunas ou percursos de gamboas do rio, hospedagens que descaracterizam a paisagem ou práticas impróprias de gestão dos resíduos sólidos, as erosões eólicas nas falésias, sendo previsível a presença massiva de ônibus de turistas, alta demanda para pouca capacidade de carga.

A cultura pulsante pode ser reelaborada e transmutada aos demais a localidade do quilombo perpassa uma geodiversidade com acesso integrado por dunas e gamboas, porém os impactos socioambientais interferem no afeto e na relação lugar-sujeito para com os autóctones, que incide na possibilidade do quilombo permanecer ao turismo sustentável uma gestão dos atrativos turísticos caracterizados pelo patrimônio quilombola.

A riqueza tão particular, pensando a alteridade idiossincrática, a gestão turística dos atrativos pela comunidade e a sustentabilidade cultural pode ser uma alternativa. A comunidade vivenciou um resgate histórico e coesão local na conexão identitária baseado na transmissão dos saberes e fazeres intergeracionais, que articula para um turismo comunitário e geoturístico.

Pela organicidade, os moradores são agentes fundamentais entre as experiências e

para pensar o geoturismo alternativa de slowtourism e menos nociva, mas repleta de significados e atribuições agregadas a sua própria existência, atravessando questões dos conhecimentos empíricos que transpõe a comunidade tradicional, onde o território é fundamental para o ciclo de resistência cultural do Quilombo do Cumbe, enquanto oficializar a demarcação de terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é determinante no contexto atual do Ceará.

Na mobilização constante a comunidade e movimentos agrários nas lutas para que esse lugar possa ter uma dinâmica territorial, que na qual a Comissão Estadual de Quilombos Rurais do Ceará (CERQUICE) articulam junto das autoridades públicas por políticas de desenvolvimento e sustentabilidade para que as populações quilombolas possam permanecer com dignidade e direito nos lugares onde suas raízes estão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade expressa entre a efetivação da APA de Canoa Quebrada e o papel da comunidade tradicional local, é imprescindível pensarmos em ações eficientes para maior integração do povo nas decisões determinantes sobre a Unidade de Uso Sustentável. A escuta ativa e a inclusão das comunidades locais são fundamentais para a responsabilidade social e ambiental no gerenciamento dos empreendimentos. Em Aracati, a legislação ambiental deve atuar de forma mais eficaz, assegurando que as políticas públicas sejam implementadas com a participação das comunidades, promovendo uma gestão compartilhada e inclusiva. O Estado, como mediador de conflitos, deve garantir a justiça ambiental e atuar na redução das desigualdades, combatendo o racismo ambiental que afeta o Quilombo do Cumbe.

O geoturismo se apresenta como uma ferramenta importante para a comunidade do Quilombo do Cumbe, que resiste com autonomia e mantém seu legado e modo de vida frente às sucessivas tentativas de aniquilação de sua presença no território. Embora existam dispositivos legais, falta fiscalização e um compromisso ético-jurídico na defesa dos povos tradicionais que protegem a biodiversidade da costa litorânea brasileira. Esses povos são agentes fundamentais para a preservação ambiental e a mitigação das crises climáticas emergenciais, sendo sua participação crucial para a efetividade das políticas de conservação.

Os movimentos de sustentabilidade e preservação da natureza devem reconhecer que as populações locais, com seus conhecimentos tradicionais, são mais eficazes do que muitas tecnologias informacionais. O saber orgânico dessas comunidades deve ser compreendido como uma tecnologia ancestral, essencial para a preservação ambiental. Ignorar esse conhecimento e tratar a natureza como mercadoria perpetua um desenvolvimento sustentável colonialista, que opera contra aqueles que realmente têm preservado o planeta do colapso climático. Como destaca Nego Bispo, a colonização impõe uma visão de progresso que desconsidera e desvaloriza os saberes tradicionais, perpetuando a exploração e marginalização dessas comunidades.

A preservação da geodiversidade na APA de Canoa Quebrada, aliada à biointeração quilombola, representa uma oportunidade única para a integração de práticas sustentáveis e a valorização do conhecimento tradicional. O potencial do geoturismo pode ser plenamente realizado se houver uma cooperação ativa entre as comunidades locais e os gestores

ambientais, garantindo que as políticas de conservação sejam eficazes e justas. Dessa forma, é possível promover um desenvolvimento que respeite tanto o meio ambiente quanto os direitos das populações tradicionais, assegurando um futuro sustentável para a região.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, K. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019. 150 p.

Área de Proteção Ambiental de Canoa Quebrada - Superintendência Estadual do Meio Ambiente. Disponível em: https://www.semace.ce.gov.br/2010/12/09/area-de-protecaoambiental-de-canoa-quebrada. Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

CÂMARA, A. V. D. **A relação manguezal e carcinicultura na Comunidade Quilombola do Cumbe no Estuário do Rio Jaguaribe, Aracati-Ce.** 2016. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em 2016) – Universidade Estadual do Ceará, 2016.

CAMURÇA, A. M. **Mulheres E "Questão Socioambiental**": Impactos E Enfrentamentos Frente À Implantação De Parque Eólico Na Comunidade Do Cumbe, Aracati-Ce. 2018. 100 F. Trabalho De Conclusão De Curso (Graduação Em 2018) – Universidade Estadual Do Ceará, 2018.

CARVALHO, L. O. R.; DUARTE, F. R.; MENEZES, A. H. N.; SOUZA, T. E. S. **Metodologia científica:** teoria e aplicação na educação a distância. Petrolina-PE, 2019.

CASTRO, A. R. N. de. **A apropriação capitalista da natureza e os conflitos pela Água no território do Cumbe (Aracati/CE):** Lutar e resistir por um bem comum. 2021. 309 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2021) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=104118> Acesso em: 20 de fevereiro de 2024

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografi a do litoral**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. 127 p.

DE CASTRO, A. R. de S. F.; MANSUR, K. L.; CARVALHO, I. de S. Reflexões sobre as relações entre Geodiversidade e Patrimônio: Um estudo de caso. **Terr@ Plural,** *[S. l.]*, v. 12, n. 3, p. 383–403, 2018. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/12067. Acesso em 18 de fevereiro de 2024.

DETONI, S. F. Bases teórico-metodológicas do patrimônio natural: o papel da Geografia e da Geomorfologia na criação de áreas naturais tombadas. **GEOUSP** Espaço e Tempo (Online), *[S. l.]*, v. 24, n. 1, p. 153-171, 2020. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.159968. Disponível em:

https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/159968. Acesso em: 16 de fevereiro de 2024.

FILGUEIRA, A. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. **Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 15, n. 2, ago/2021, p. 186 – 201. Disponível em:https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/69990. Acesso em 20 de março de 2024.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

LAZARUS, R. "**Environmental Racism! That's What It Is**. 2000 U. Ill. L. Rev. 255-274 (2000). Disponível em: https://scholarship.law.georgetown.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1151&context=facpub. Acesso em: 20 de março de 2024.

MACHADO, G. S. **O estudo de lugar para a formação de Identidade:** O caso do Cumbe, Aracati-Ce. 2019. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em 2019) – Universidade Estadual do Ceará, 2019. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=85435> Acesso em: 20 de fevereiro de 2024

MACHADO, G.; FLORENTINO JÚNIOR, E. Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo: Uma discussão sobre a valoração e a conservação do patrimônio natural. **OKARA**: Geografia em debate, v. 15 n. 2, p. 125-147, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/download/57744/35579/182237. Acesso em 20 de fevereiro de 2024.

MAIA, A. K. de S. **As relações entre natureza, sociedade e economia na comunidade quilombola do Cumbe-Ce.** 2019. 38 f. Monografia (Graduação em Economia Ecológica) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

MORAIS, M.; JAYME, J. Povos e comunidades tradicionais de matriz africana: Uma análise sobre o processo de construção de uma categoria discursiva. **Civitas**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 268-283, maio-ago. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/civitas/a/RjnJ89KdHyv6b4jyd4YfcMG/. Acesso em 20 de março de 2024.

MOREIRA, J.; **Geoturismo e interpretação ambiental**. 1. ed. rev. atual. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. 157 p.

NASCIMENTO, J. L. J.; LIMA, I. C. Nas trilhas da memória e da história: Cumbe, um museu a céu aberto. **Anais do XI Encontro Regional Nordeste de História Oral** - Ficção e Poder: oralidade, imagem e escrita. Fortaleza, 2017. Disponível em: http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1494036579_ARQUIVO_HistoriaOralFortaleza2017Final.pdf. Acesso em 26 de março de 2024

NASCIMENTO, J. C.; OLIVEIRA, A. A. N.; JESUS, L. B. S. de. Quilombo do Cumbe: autodeterminação, bem viver e biointeração. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, *[S. l.]*, v. 11, n. 17, p. e172315, 2023. Disponível em:

https://itacarezinho.uneb.br/index.php/opara/article/view/20192. Acesso em: 24 de março de. 2024.

NOGUEIRA, S. P. **Influências na ordenação territorial oriundas da presença do parque eólico do Cumbe no Município de Aracati–Cear**á. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2013) - Universidade Estadual do Ceará, 2013.

PEREIRA, A. Q. Das cidades às metrópoles litorâneas: O papel da vilegiatura marítima moderna no Nordeste do Brasil. **GEOUSP** Espaço e Tempo (Online), São Paulo, Brasil, v. 16, n. 2, p. 05–15, 2012. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74248.. Acesso em: 22 de fevereiro de. 2024.

RIBEIRO, D. W. Patrimônio socioambiental e narrativas da resistência quilombola. **Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR**, Penedo, Vol. 9, Número Especial, Mar. 2019, p. 138-153. Disponível em: http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur. Acesso em 19 de fevereiro de 2024.

SANTOS, A.; SILVA, A; ROZENDO, C;. Libertar para desenvolver: os grandes empreendimentos e o "des-envolvimento" na comunidade tradicional do Cumbe, Ceará, Brasil. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 45, p. 22-41, abril 2018.

SANTOS, A. B. dos. **Colonização, Quilombos:** modos e significados. Universidade de Brasília: Brasília, 2015.

SANTOS, A. S. P. dos, ALMEIDA, F. A. B., COELHO, E. de Á.; PIRES, M. de F. A. Conhecimentos e saberes no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca, MG: a realidade da comunidade do Mogol e os desafios para uma nova política de gestão territorial. **Revista Geografias**, *8*(2), 42–59, 2012.Disponível em: https://doi.org/10.35699/2237-549X.13341. Acesso em 17 de fevereiro de 2024.

SANTOS, J. É. dos. **A carcinicultura no Ceará:** principais impactos ambientais em uma fazenda no Cumbe - Estuário do Rio Jaguaribe. 2006. 79 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Pesca) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação; **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000**; Ministério do Meio Ambiente.

TEIXEIRA, A. C. de Araújo. **O trabalho no mangue nas tramas do (des)envolvimento e da des(ilusão) com esse furacão chamado carcinicultura:** conflito socioambiental no Cumbe-Aracati-CE. 2008. 319f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2008.

HISTÓRICO
***Submetido*:** 20 de maio de 2024.
***Aprovado*:** 23 julho de 2024.
***Publicado*:** 31 de dezembro de 2024.

DADOS DO(S) AUTOR(ES)

Amadeu Correia Batista Neto
Bacharelado em Turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), integrante do Grupo de Estudos Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe (GECIPA-UnB/CNPq), Endereço para correspondência: Rua três, Sn, EDTM, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, CEP: 35400-000.
ORCID:https://orcid.org/0000-0003-2775-1448
Lattes:http://lattes.cnpq.br/4035417656810572
E-mail:amadeubatista1509@gmail.com

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT

BATISTA NETO, A. C. As interações entre Unidade Sustentável e a comunidade quilombola do Cumbe: APA de Canoa Quebrada pelo olhar do geoturismo. **Revista GeoUECE**, Fortaleza (CE), v. 13, n. 25, *e*12723, 2024.